



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

### O SER SOCIAL E A CATEGORIA TRABALHO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Franciane de Carvalho Novaes<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo propõe realizar uma reflexão teórica acerca da análise da categoria ontológica do trabalho e a sua significação quanto ao desenvolvimento do ser social. Partimos do pressuposto que, na sociedade capitalista, o trabalho vai além da transformação do mundo natural e da transformação do indivíduo, passando a ser um processo de alienação e exploração do trabalhador, dado a contradição existente entre capital x trabalho.

**Palavras-Chave:** Ser Social, Trabalho e Relações Sociais.

**Abstract:** The article proposes a theoretical reflection on the analysis of the ontological category of work and, its signification as to the development of the social being in, the capitalista society the goes beyond the transformation of the world and the transformation of the individual, becoming a process of alienation and exploitation of the worker, given the existing contradiction between capita x work.

**Keywords:** Social being, Work and social relations.

#### Introdução

O presente artigo propõe realizar uma reflexão teórica acerca da categoria ontológica do trabalho e a sua significação quanto ao desenvolvimento do ser social. Partimos do pressuposto de que, na sociedade capitalista, o trabalho vai muito além da transformação do mundo natural e da transformação do sujeito. Para isso, retornaremos os primórdios da construção da sociedade para entendermos o significado do trabalho na construção do indivíduo social e as contradições existentes entre o capital e o trabalho.

#### 1. O trabalho, elemento central para a construção do ser social:

Netto e Braz (2006) nos trazem a perspectiva do trabalho como o elemento fundamental para a construção do ser social em diversos tipos de sociedades, desde a sociedade primitiva até a sociedade atual (capitalista). O trabalho possui, primeiramente, uma dimensão essencial, relacionada às respostas das necessidades humanas, tendo a mediação com a natureza. Na sociedade burguesa, que serviu de objeto de estudo para Marx, o trabalho possui uma forma social específica, em

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <francianenovaes@id.uff.br>.

consonância com as relações sociais instauradas para manter o modo de produção baseados na sociabilidade do capital. Em termos históricos,

O ser social é também um ser natural, e como tal se reproduz biologicamente, mas a reprodução social não é redutível a essa dimensão, pois, ao agir sobre a natureza, o modo de reproduzir-se do homem sofre alterações, adquirindo características específicas. A especificidade categorial de cada ser é resultado de um processo histórico, mas não repentino e completo a cada vez, já que o desenvolvimento de cada ser “produz, em um nível cada vez mais desenvolvido, autônomo, nas suas conexões postas – relativamente – sobre si mesmas, as categorias, as leis etc. especificamente destas formas” (LUKACS, 1981, p.167 *apud* SILVA, 2012, p.76).

Dado isso, não dá para pensar o desenvolvimento do ser social como uma simples evolução, pois é marcado pelos momentos históricos do desenvolvimento da humanidade. Ainda que o *Homo Sapiens* tenha se tornado social, não significa que é esta sociabilidade que o torna um ente diferente, especial entre os animais. Isso não se deu de maneira rápida, pelo contrário, foi um processo de gradual em uma escala de milhares de anos. Silva (2012, p. 78) nos salienta que não foi o fato de se agruparem para autodefesa e sobrevivência que o *Homo Sapiens* se tornou um ser social, o que vai definir a transição do ser natural ao ser social é, justamente, o trabalho, pois o trabalho possibilitou ao *Homo Sapiens* articular a teleologia, um ato previamente orientado para alcançar determinada finalidade: extrair da natureza elementos para sua sobrevivência. É o momento ativo pelo o qual o homem (sociedade) interage com a natureza, transformando-a, num primeiro momento, faz em função das suas necessidades físicas e vitais.

O trabalho é uma categoria central e decisiva na transformação do homem, de simples espécie animal em ser social-humano (SILVA, 2012, p. 77). Em conformidade, Netto e Braz (2006) salientam que as condições materiais de existência e reprodução da sociedade se encontram nas necessidades dos homens e mulheres que constituem a sociedade, obtêm-se numa interação com a natureza.

Observa-se que os autores mencionados acima, mostram-nos que é através do desenvolvimento do ser natural ao ser social que as atividades relacionadas ao trabalho se tornam cada vez mais desenvolvidas, através dos instrumentos, das habilidades e da competência. O convívio em sociedade (tendência à universalização) fez desenvolver uma linguagem articulada e, com isto, o ser social se torna intrinsecamente coletivo, pois vivemos em uma determinada sociedade em que interagimos e socializamos as nossas necessidades, isto é, “o trabalho é sempre uma atividade coletiva: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num

conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos” (NETTO E BRAZ, 2006, p. 34).

Pelo trabalho, o homem cria realidades antes inexistentes na natureza e este processo retroage sobre ele, de modo que possa criar novas realidades e cria a si mesmo. Essa capacidade teleológica do indivíduo o faz projetar um determinado produto e pensar os meios e as circunstâncias para a efetivação de suas ações, que serão objetivadas e concretizadas em um produto final (mercadoria), ou seja, este ato teleológico possibilita aos indivíduos criarem novas realidades mediante um processo de objetivação, pela qual eles criam a si mesmo como entes sociais. O “simples ato do trabalho significa que o homem põe a si mesmo, se torna homem, e que, portanto, se realizou o salto para além do gênero do mundo da animalidade” (LUKACS, 1891, p. 183 apud SILVA, 2012, p. 78). Isto é, trata-se de uma consciência diferente da consciência animal, pois estabelece conscientemente uma finalidade e busca os meios de realizá-lo.

Assim, a interação entre teleologia e casualidade natural fundamentam a sociabilidade humana, criando uma nova esfera de vida: a do ser social, pois, através do trabalho, os homens construíram sua história.

Desde os primórdios da humanidade, o sujeito, para satisfazer suas necessidades, habitua-se aos movimentos de suas forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1996a, p. 297 apud SILVA, 2012, p. 80).

Isto é, haverá uma autonomização em frente ao trabalho, que irá se objetivar, a tal modo, que produz e reproduz a sua existência, numa dinâmica de ideários religiosos, científicos, filosóficos, artísticos etc. Vale ressaltar que essas expressões iram se objetivar e concretizar sem que seja necessariamente passar pelo trabalho, com isto, o ser social estará mais desenvolvido e racional. Além disso, relaciona-se à práxis, através da teleologia e da objetivação, que pode estar relacionada de sujeito x objeto (homem e natureza) ou sujeito x sujeito (homem atua sobre si mesmo).

Observa-se que a categoria da práxis tem a magnitude de mostrar o sujeito criativo e autoprodutivo que se dá através da ação e da prática: “o ser da práxis, o homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que se (fez) e se (faz)” (NETTO E BRAZ, 2006, p. 44).

Entretanto, a *práxis* não irá basear-se somente nisto: produtos, obras e valores que permitem aos sujeitos se reconhecerem como autoprodutores e criativos. Conforme as transformações sociais históricas da sociedade, a *práxis* pode produzir objetivações que são apresentadas ao sujeito não como a sua criação, mas, ao contrário, como algo estranho ao sujeito, que passa a não se reconhecer diante dos objetos que por ele foi produzido (objetivação).

Vale ressaltar que, no decorrer das transformações da sociedade, a relação entre os sujeitos e suas criações aparece invertida, ou seja, esta inversão se caracteriza como um fenômeno histórico de alienação, como se verá mais adiante no texto. Este processo histórico de alienação do sujeito é próprio de sociedade em que tem a vigência na divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, na qual há a exploração do homem sobre homem.

Observa-se que, no decorrer dessas transformações da sociedade, manifestaram-se vários estilos de organização social, ou seja, foi na sociedade primitiva em que se deu a primeira forma de organização social, visto que, por meio do trabalho se torna possível o aprimoramento da condição humana. Este caráter ontológico do trabalho, criador de valores de uso no processo de produtividade realizado pelo homem, dá possibilidade de produzir o necessário para atender as necessidades de subsistência e, neste momento, tudo que é produzido se torna coletivo, não havendo qualquer possibilidade econômica de exploração do homem pelo homem e sequer existiam classes sociais.

As descobertas do homem, em sua busca para criar meios de satisfação de suas necessidades, são incorporadas aos produtos que criam desde dos primórdios da civilização (CARMO, 2006, p.238).

Isto é, diante dessas necessidades, deu-se a existência do excedente de produção, o que tornou possível a exploração do homem pelo homem, “a invenção e inventor, portanto, não são características do modo de produção capitalista” (CARMO, 2006, p.238). Em outras palavras, ela se deu através de um longo processo de transformações no seio da sociedade, na qual se encontra hoje uma submissão do inventor frente às suas invenções e assim evidência um estranhamento nas relações sociais, que passam a ser entre “coisas”.

Como se vê, o desenvolvimento da humanidade ao longo dos milhares de anos possibilitou os descobrimentos dos caminhos marítimos, dando-se, assim, a expansão dos mercados pelo mundo e da nascente característica burguesa de acumular capital

em escala necessária para transformar progressivamente o artesão, que trabalhava com seus próprios instrumentos, em trabalhador assalariado, justamente porque perdeu a posse dos meios de produção da qual era proprietário e só lhe resta a sua força de trabalho. Ao longo dos séculos, com os desenvolvimentos das forças produtivas, advindas da capacidade teleológica e da objetivação do ser social, possibilitou a burguesia de fazer a revolução industrial no século XVIII.

Mas, antes da Revolução Industrial do século XVIII, o surgimento do novo modo de produção capitalista se deve a um longo processo histórico violento, a separação do trabalhador dos meios de produção e de sua propriedade (cerceamentos dos campos), vai estabelecer a então chamada acumulação primitiva para Marx e Engels,

[...]o capital e a propriedade (ou expropriação) são inseparáveis. A acumulação primitiva está diretamente ligada à ação de expropriar os produtores de seus meios de produção e das garantias de sua sobrevivência (CARMO, 2006, p.238).

Ou seja, a partir do momento em que os trabalhadores são desapropriados dos meios de produção, esta nova organização social, própria do sistema capitalista, transforma o homem em uma mercadoria, força de trabalho, a qual possibilitou o aumento da produção, que, por sua vez, intensificou a divisão social do trabalho, exploração e a alienação do trabalhador.

A essência do capital se encontra numa inteira relação de mercado em que tudo passa a ser mercadoria, principalmente, as relações entre os homens, as quais irão se manifestar sob a forma mistificadora do fetichismo. E, assim, o mundo vai se convertendo à regência do capital.

A condição do determinante do trabalho no modo de produção capitalista, para além do valor de uso, passa a ser a criação do valor de troca, de modo que, apropriado pelo capital como meio de valorização, a “produção capitalista tem em sua essência uma nova forma de exploração do homem pelo homem: do trabalhador, a burguesia compra apenas a sua força de trabalho” (LESSA e TONET, 2011, p. 63).

São nestes fundamentos da organização econômico-social da sociedade capitalista que existem a forma de exploração do homem pelo homem. A alienação penetra no conjunto das relações sociais e se manifesta, primeiramente, nas relações de trabalho, ou seja, entre o trabalhador e seus meios de produção. Netto e Braz (2006) nos mostram de uma maneira nítida que a alienação marca as expressões físicas (materiais) e, também, mentais que atingem toda sociedade capitalista. A

“cultura alienada que envolve tudo e todos: as objetivações humanas, alienadas, deixam promover a humanização do sujeito e passam a estimular regressões do ser social” (p.45).

Sendo assim, em cada estágio do desenvolvimento da sociedade, possibilitou a interação das relações entre os sujeitos, que têm em sua essência o trabalho como seu fundante, ao se defrontar com o estágio do capitalismo, podemos analisar a desconstrução desse “ser social” que tem em sua origem um arcabouço que condensa o máximo de humanização.

Existe um conflito interno e externo do sujeito (trabalhador) que sofre as influências do meio (capital), pois não se reconhecem como criadores e autoprodutivos, o que os torna em algo estranho a si mesmos, porque, ao mesmo tempo que se produz uma determinada mercadoria, o trabalhador, na maioria das vezes, não tem acesso a ela e, nesta fase, ele também passa a ser uma mercadoria e cria outras mercadorias e estas, ao serem colocadas no processo de circulação, geram lucros e apropriam-se de um valor excedente (mais-valia), pois só a força de trabalho humano é a única que cria valor e, ao vendê-la, recebe um salário que não garante a sua reprodução enquanto indivíduo.

Assim, este processo de alienação e exploração do trabalhador deteriora o ser social que tem no trabalho seu princípio fundante, pois há neste momento um processo de desumanização por parte capital e as relações, que eram entre sujeitos, passam a ser entre “coisas” (mercadoria).

## **2. As transformações no trabalho e as Relações sociais “sujeitos ou mercadorias”?**

Segundo IAMAMOTO (2012), em seu livro Trabalho e Indivíduo Social, abordar a retomada do humanismo na tradição marxista, ou seja, é colocar o sujeito no seu lugar de origem, pois as relações sociais só podem existir através do ser social. Como já mencionado, na sociedade capitalista, as relações sociais aparecem como mercadoria.

Para Marilda, o retorno do humanismo parte da configuração da teoria do valor – trabalho de Marx, isto é, “repor o humanismo marxista no centro da análise é

condição necessária para fazer pensar emergir o indivíduo social, como sujeito criativo vivo, presente no pensamento de Marx” (IAMAMOTO, 2012, p. 36).

Na sociedade capitalista, o trabalhador cria valor à mercadoria, o que distingue das outras sociedades que antecederam o capitalismo, a mercadoria continha somente o valor de uso. Neste estágio do capitalismo, ela também adquire valor de troca, que é cada vez exponenciado.

Ou seja, “a forma de produtividade humana, que se afirma na sociedade burguesa, expressa uma forma histórica particular tanto de desenvolvimento humano universal, de sociabilidade, forjada na temporalidade do capital” (IAMAMOTO, 2012, p.47).

Ao assumir uma forma histórica particular de individualidade social, o capital, que visa somente o lucro (mais-valia), dá uma magnitude ao valor de troca que é automatizado frente aos indivíduos e envolve as relações sociais, transformando relações em “coisas”, ou seja, como já mencionado, o sujeito criador é submetido em relação de estranhamento frente às suas próprias objetivações, que assumem forma de mercadoria. Isto é, no processo capitalista de trabalho, o papel do trabalho vivo está na criação da riqueza social e a vivência, em torno do trabalho, para estes indivíduos, se manifesta de maneira contraditória, alienação e a universalização de suas atividades no cotidiano da vida social.

Assim sendo, nos marcos da sociabilidade capitalista, as relações sociais criam laços de dependência de “coisas”, sendo que as mercadorias são as objetivações de um tempo de trabalho socialmente necessário e terá o seu valor expresso no ato da troca entre outras mercadorias. Há aqui uma contradição: o valor da mercadoria passa a ser uma relação social, ou seja, deixa de ser uma relação entre indivíduos e passa a ser entre mercadorias. “Com isso o capitalista não entra em contato social até que troquem os produtos de seus trabalhos, os atributos sociais de seus trabalhos só se manifestam como são: não como relação entre pessoas, mas como relações sociais entre coisas” (IAMAMOTO, 2012 p. 52). Além disso,

Na sociedade do capital, a forma mercantil torna-se a forma necessária e geral dos produtos do trabalho, das condições de trabalho e dos meios de vida. Espraia-se no conjunto da vida social, atingindo a força de trabalho do trabalhador “livre”, tornando o trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2012, p.64).

A ação destruidora do capital se manifesta desde da acumulação primitiva, quando milhares de camponeses foram expulsos de sua terra, pois antes a terra era

fonte direta de subsistência. A partir do momento que foram arrancados violentamente dela, as terras passam a ser fontes mediadoras de subsistência, tornando o trabalhador livre completamente dependente desse sistema e das relações sociais derivadas do capital, sendo submetidos às condições desumanas de trabalho assalariado.

Ao mesmo tempo que se tem a propagação do trabalho assalariado, tem-se um desenvolvimento das forças produtivas, há a modificação na vida social desses trabalhadores que antes eram “livres”.

A forma social determinante, é, das “relações sociais das quais realiza aquele trabalho concreto, pois, nesta sociedade, o objetivo não é apenas produzir produtos ou serviços que satisfazem as necessidades sociais. O objetivo é também a produção de riqueza e a reprodução ampliada do capital”. (IAMAMOTO, 2012, p.65).

### **3. Considerações Finais**

O desenvolvimento do ser social vai muito além do ser natural, ao passo que, ao transformar a natureza, ele próprio se transforma pela via do trabalho. Essas transformações se deram ao longo de todo processo histórico da sociedade, mas se complexou no modo de produção, em que há a necessidade de um trabalhador totalmente desprovido dos meios de produção ficar subordinado, “escravo” da lógica do capital, para manter a sua reprodução de e sua família, ele se vê constrangido a vender a sua força de trabalho. Analisamos, neste estágio capitalista, uma grande contradição, pois, ao mesmo tempo que quer ser independente socialmente, o trabalhador também dependente dessas formas agressivas do capital, pois o trabalhador produz a riqueza social e ao mesmo tempo se vê em uma condição de miserabilidade.

A ampliação da produtividade do trabalho não libera o trabalhador do trabalho, mas amplia o trabalho excedente para o capital, mantendo o trabalho sob o seu domínio. O desenvolvimento das forças produtivas enriquece o capital e não os indivíduos que trabalham, ampliando assim o poder do capital sobre o trabalho” (IAMAMOTO, 2012, p.75).

Observa-se que a força de trabalho comprada será incorporada ao capitalismo, processo de produção, assim valorizando o capital inicial, isto é, produzindo a mais-valia. A mais-valia apresenta ser algo de simples consequência do processo de produção, mas é o motor que rege todo o processo de produção capitalista. Sem ela não haveria relações de produção capitalistas. Na sociedade capitalista, as forças



produtivas não são suficientes para explicar o domínio do sujeito sobre a natureza, pois este se transforma em um processo social de produção, deixando de ser um processo entre indivíduo e natureza.

Portanto, quando IAMAMOTO(2012) ressalta esta tensa dinâmica do trabalho na sociedade capitalista, o trabalho é representado como castigo e rebeldia, pois o trabalhador, ao perceber as desigualdades geradas pelo capital, passa à prática da rebeldia através das manifestações e greves; e o castigo nada mais é que as condições degradantes em que estes trabalhadores são submetidos no processo de produção, ou seja, é através dessa polarização existentes entre as relações sociais do trabalho que Marilda resgata o humanismo do ser social, mostrando que podemos ir além de relações entre mercadorias e chegar às relações entre sujeitos.

## Referências

CARMO, Sandra Regina do. Propriedade intelectual ou apropriação privada do trabalho coletivo? In: : \_\_\_\_\_. **Serviço Social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI/** FREIRE, M. L. et al (Org.). São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ,2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista.** 5ªed. São Paulo: Cortez, 2012.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. Um pouco de história; O Escravismo; O feudalismo e a origem da sociedade. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à filosofia de Marx.** 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, Jose Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Uelber B. **Racismo e Alienação: uma aproximação à base ontológica da temática.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.